

ARTIGO

EMANCIPAÇÃO E SUBORDINAÇÃO: DUAS TEORIAS EDUCATIVAS NO MUNDO DO TRABALHO

Reinaldo Tillmann¹

RESUMO: Análise do mundo do trabalho a partir de dois enfoques teóricos diferenciados. Quer expressar a possibilidade de o trabalhador ser sujeito de sua própria emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: emancipação; subordinação, conhecimento, solidariedade; divisão do trabalho.

INTRODUÇÃO

Ao abordar o presente tema não se pretende efetivar uma análise a partir da qualificação do trabalhador para o exercício de determinada profissão ou atividade, mas sim, focar esse tema, extremamente atual e rotineiro, como discussão de políticas públicas ligadas a geração de renda, numa perspectiva de atualização do trabalhador às exigências do mercado empregador.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é utilizando-se dos ensinamentos de Émile Durkheim e Karl Marx, distinguir parâmetros que estabeleçam um entendimento do mundo do trabalho a partir de um princípio educativo peculiar a esta categoria e que, conforme um ou outro

¹ Professor da Escola de Direito/UCPEL. Mestre em Desenvolvimento Social. Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP/UCPEL)

pensador, poderá estabelecer efeitos de emancipação ou subordinação aos interesses do capital.

1. Subordinação em Émile Durkheim

Durkheim será de grande valia para este momento tendo em vista a clareza com que trata das concepções que defende. Entende-se que uma das grandes contribuições que o teórico traz ao pensamento científico atual consiste na forma quase ingênua com que trata das teorias sociológicas, em especial como estas teorias se aplicam na manutenção da estrutura social vigente, ou seja, Durkheim se preocupa em explicar e criar mecanismos de funcionamento da sociedade através da eliminação quase total da possibilidade de conflitos que venham a desestruturá-la em seus pilares fundamentais.

Na verdade ao retratarmos dentro de nós mesmos a sociedade e seus mecanismos estruturantes somos levados a visualizar as teses durkheimianas e com um profundo olhar crítico reconhecer – com algum espanto – que a concepção teórica esboçada não tem nada de ingênua, pelo contrário, é extremamente pertinente e inclusive pragmática. Ocorre, porém, que se trata de um pragmatismo artificialmente produzido, levando a sociedade a entender que não existem alternativas a um determinado padrão de funcionamento, de coesão social, enfim. O que importa, para Durkheim, é inexistirem espaços de conflitos abertos, livres de qualquer controle e que possam revolucionar o “status quo” vigente. Durkheim estabelece padrões e mecanismos de manutenção destes padrões, como ao tratar da solidariedade como um efeito moral da divisão do trabalho.

“Somos levados assim, a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto . Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas

um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho.” (Durkheim, 1999:21)

1.1 Por que a divisão do trabalho produz solidariedade?

Durkheim não tem interesse em responder a este tipo de questionamento. O que coordena seu raciocínio não são as relações de fato (concretas) ocorridas a partir da divisão do trabalho e sim os efeitos que são esperados a partir de determinado fato social. “*Perguntar-se qual é a função da divisão do trabalho é, portanto, procurar a que necessidade ela corresponde*” (Durkheim, 1999:13), assim não é considerado a realidade, a materialidade dos fatos que se desdobram a partir da divisão do trabalho, porque a realidade pode possuir outras necessidades.

O que se torna claro é uma falta de autonomia do real, visto que as relações sociais estão subordinadas a uma concepção ideal de sociedade. Idealização estática e estratificada que, ao buscar a coesão social, na verdade está criando mecanismos artificiais de sepultamento dos conflitos que existem no plano real e que poderiam revolucionar a concepção idealizada .

“Não temos apenas de procurar se, nessas espécies de sociedade, existe uma solidariedade social proveniente da divisão do trabalho. É uma verdade evidente, pois a divisão do trabalho é muito desenvolvida nelas e produz a solidariedade. Mas é preciso determinar, sobretudo, em que medida a solidariedade que ela produz contribui para a integração geral da sociedade, pois somente então saberemos até que ponto essa solidariedade é necessária, se é um fator essencial da coesão social, ou então, ao contrário, se nada mais é que uma condição acessória e secundária.” (Durkheim, 1999:30)

1.2 Trabalho e subordinação

Fica latente que o teórico em questão não vai desenvolver a materialidade da divisão do trabalho e sim procurar integrar de forma coesa a sociedade a este fato social que, por ser inegável, precisa ser estudado a partir de elementos de subordinação da realidade, - construída a partir das relações humanas, em especial no trabalho - aos efeitos artificialmente esperados por quem deseja a estabilidade e a paz social. Na verdade a integração geral citada por Durkheim representa uma falsa estabilidade e paz social, pois deseja uma integração que desconsidera a instabilidade e o conflito existentes no campo real, em especial nas relações materiais que tratam da divisão do trabalho. Ocorre que o sociólogo impõe como efeito necessário da divisão do trabalho a solidariedade, ou seja, não interessa se ocorre ou não solidariedade, o que interessa é que esta é necessária.

Qual é a solidariedade em Durkheim?

“A solidariedade social, porém é um fenômeno totalmente moral, que por si só, não se presta a observação exata, nem sobretudo, à medida. Para proceder tanto a essa classificação quanto a essa comparação, é necessário, portanto, substituir o fato interno que nos escapa por um fato externo que o simbolize e estudar o primeiro através do segundo.

Este símbolo visível é o direito.” (Durkheim, 1999:31)

A solidariedade não existe de fato e sim de direito. São tão superficiais os vínculos de solidariedade da forma que o sociólogo prevê que é impossível inclusive observá-los, como Durkheim tanto aprecia, transfigurando uma metodologia própria das ciências naturais para as ciências sociais, necessitando assim se valer de regras jurídicas, criadas fora da materialidade, onde ocorrem as relações de trabalho, para apresentar vínculos artificiais de solidariedade conforme características intrínsecas de uma estrutura jurídica que tem em sua criação o monopólio

do poder do Estado.

O que mais interessa em Durkheim, para este trabalho, é apresentar uma visão crítica do que o pensador entende pelo “caráter social da educação” relacionando com o mundo do trabalho e apresentando seus efeitos de subordinação.

Como efeito em sua obra, *Sociologia, Educação e Moral*², Durkheim expõe de forma cristalina – como de costume – o seu entendimento a respeito do caráter social da educação, tema que será abordado, por um critério didático, após ser apresentada uma visão marxiana sobre o trabalho como princípio educativo.

2. Emancipação em Karl Marx

Marx apresenta conclusões opostas de Durkheim sobre o mundo do trabalho. Na verdade são duas posições que se chocam a partir de suas funções para a subordinação (Durkheim) ou emancipação (Marx) do trabalhador em relação ao capital.

O tema do capital é introduzido por Marx, principalmente como denúncia do papel que exerce na concentração de riquezas e conhecimento, tema que será tratado especificamente neste item. Ocorre que embora Durkheim não articule suas concepções tendo como pressuposto da noção do capital, este se encontra, de forma oculta, como central em sua argumentação a partir da noção de coesão social, ou seja, uma sociedade sem conflitos em que o capital encontre o ambiente propício para se reproduzir de forma concentrada e autoritária (efeitos de subordinação em relação ao trabalho), aparentando uma naturalidade das relações sociais.

Para Marx o central é o conflito, para Durkheim o central é a coesão. Conforme o pensamento marxiano a sociedade está dividida em classes e a percepção destas relações é fundamental para o entendimento

² Durkheim, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés, 1984

da cisão, e não da coesão, que perpassa o tecido social.

Importante, como muitos teóricos tem procedido, lembrar e analisar os ensinamentos clássicos de Marx sobre o tema.

“Diversos fatores específicos ajudam e até bastam para definir uma classe, assim podemos dizer:

- *o lucro define a classe capitalista*
- *o salário define a classe operária*
- *a renda do solo define a classe latifundiária”*

(apud Ianni, 1996:100-101)

É sabido, também, que estas definições se estabelecem a partir de uma relação entre a classe em questão e seu elemento definidor. O salário define a classe operária, por ser o fator que compra a força de trabalho do indivíduo, e ao comprá-la exclui este operário do processo de produção, pagando-lhe o necessário para sua sobrevivência e reprodução. O lucro define a classe capitalista, porque é justamente este fator que é extraído da expropriação do trabalhador, ou seja, o lucro existe, porque a força de trabalho é remunerada de forma a alienar o operário do produto de seu trabalho. O preço desta alienação é o caminho do lucro através do processo de mais valia.

A renda proveniente da terra define a classe latifundiária que recebe recursos do capitalista que não possui terra própria para explorar. Hoje a classe proveniente da renda da terra já se confunde com a própria classe capitalista, que devido ao processo de acumulação vem adquirindo terras e exercendo nestas uma atividade capitalista.

Vê-se, portanto, que as definições de classe dependem de um determinado estágio da civilização. A noção de classe é uma noção de movimento e deve ser analisada em sua totalidade. Marx já dizia no manifesto que “... *a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes.*” (Marx/Engels, 1998:40)

Classe, enfim, é antagonismo, é conflito. A definição de classe só é possível dentro de uma visão total de espaço e tempo. É fundamental a

visualização de confronto, conflito entre dois setores cujos interesses só poderão ser satisfeitos com a eliminação ou submissão de um a outro.

Estabelecidas as confrontações basilares entre os pensadores é fundamental analisar, para alcançar os objetivos almejados, o entendimento marxiano sobre a divisão do trabalho de forma a criar condições para uma síntese entre as duas concepções e relacioná-las com o mundo do trabalho.

Na verdade Marx e Durkheim se referem a Adam Smith, como uma referência ao tratar de divisão do trabalho³, porém as conclusões que estabelecem são evidentemente opostas entre si. Marx não aceita a perspectiva da divisão do trabalho como um processo de integração social, pelo contrário, denuncia este processo como de formação e sedimentação do capitalismo.

“O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador.” (Marx, 1998:829).

A afirmativa acima de Marx refere-se ao espaço de sua produção científica, quando trata da acumulação primitiva, ou seja, da origem do capital, porém, é ao tratar da divisão do trabalho, que Karl Marx analisa e demonstra com maior profundidade como se constituiu esta subordinação do trabalhador.

2.1 Por que a divisão do trabalho produz mais valia e alienação?

O mundo do trabalho é constituído por uma diversidade de indivíduos que não possuem nada, além de sua força de trabalho, para garantir a subsistência de si e sua família. O trabalho artesanal representa a atividade livre e soberana do conhecimento do trabalhador, que, exercendo o seu ofício na plenitude e transmitindo este conhecimento de geração para geração, garante o seu sustento sem depender de nenhum

³ Cf. Durkheim, 1995:01 e Marx, 1998:827

outro fator – afora seu ofício – para o exercício daquela atividade.

O que Marx descreve com extrema precisão é a introdução do capital e do capitalista nesta realidade, transformando um processo natural de exercício das habilidades do ser humano, em proveito do seu sustento, em um processo social a favor do capital.

“Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro.” (Marx.1998:388)

Este processo social representa o desmantelamento do ofício livre e soberano do trabalhador na busca do seu sustento e a subordinação deste ao capital que estabelece uma relação de compra da força de trabalho, ou seja, com esse processo social o trabalhador passa a ser um instrumento de produção dentro da estrutura capitalista, não pertencendo mais o que produz a si mesmo, e sim a um terceiro que paga um valor pela sua força de trabalho.

A cooperação, segundo Marx, é o germe da forma capitalista de exploração e extração concentrada de mais valia, ou seja, o capitalista agrupa em um único estabelecimento um conjunto de trabalhadores, comprando a força individual de trabalho de cada um e extraindo uma força de trabalho coletiva, que não é paga, potencializando assim a extração de mais valia de cada trabalhador.

“A cooperação capitalista, entretanto, pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital.” (Marx,1988:387)

O processo de extração de mais valia representa justamente a implementação desta venda de força de trabalho, em que o trabalhador que não exerce mais livremente o seu ofício – a liberdade é só para vender a força de trabalho – negocia esta força com o capitalista que a compra de duas formas: a primeira pagará a subsistência do trabalhador e de sua

família, permitindo assim a reprodução contínua desta mesma força; a outra forma é o próprio trabalhador que paga ao capitalista, visto que embora receba somente por sua manutenção e reprodução a força de trabalho vendida acresce de muito mais valor o capital, através do trabalho empregado na transformação de determinada matéria prima e na posterior venda com lucro da produção. Ora este lucro, que é só do capitalista, é produzido pelo trabalho e não pelo capital, esta contradição – que não é aparente – é a lógica do processo de mais valia conforme Karl Marx.

A cooperação representa em Marx a intensificação deste processo visto que o capitalista, agora, não se contenta somente em extrair mais valia de cada trabalhador, mas sim quer agrupá-los em um único estabelecimento cooperando a força de trabalho coletiva em seu favor, e, o que é pior, sem pagar um centavo a mais por esta cooperação.

“Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva.” (Marx, 1998:379)

Importante entender que esta força coletiva só existe subordinada ao capital e somente a partir desta premissa é que se pode defender as conclusões marxianas como procedentes. Esta subordinação, porém, não termina com a cooperação; ela avança em direção ao período da manufatura e da implementação da divisão do trabalho.

2.2 Conhecimento e emancipação

A cooperação de fato amplia a extração de mais valia, mas mantém a centralidade da produção na esfera de conhecimento de cada trabalhador. A cooperação não consegue dissociar o trabalhador da totalidade do processo produtivo, visto que se intensifica a produtividade – para aumentar a extração de mais valia – todavia se produz a partir do

conhecimento e habilidade de cada trabalhador.

Sem dúvida, esta centralidade da produção, através do conhecimento, nas mãos do trabalhador representava um fator de intranqüilidade para o capitalista e que precisava ser superado sob pena de não alcançar o objetivo maior de subordinação total do trabalhador ao capital, como forma de intensificar cada vez mais a continuidade e aperfeiçoamento do processo de mais valia.

A divisão do trabalho enfrentou com sucesso esta intranqüilidade do capital, principalmente, porque o que se dividiu não foi necessariamente o trabalho, e sim o conhecimento no trabalho.

“A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial.” (Marx, 1988:392)

A parcialização estabelecida no desenvolvimento do período da manufatura é traduzida por Marx, como o momento central de dissociação do trabalhador de seu conhecimento, que trazia por inteiro até então, mesmo com o processo de cooperação capitalista. A parcialização das tarefas é engendrada como um elemento de otimização dos serviços a favor do capital, mas também apresenta em seu bojo um outro elemento de extrema importância estratégica para a garantia da subordinação do trabalhador ao capital. O que ocorre é a transferência do conhecimento historicamente adquirido pela habilidade no exercício de um ofício ao capitalista, que cindindo este conhecimento apropria-se do seu todo.

Concretiza-se, assim, um estreitamento das perspectivas de emancipação pelo trabalho, visto que o artesão⁴ é desapropriado do processo produtivo que realizava desde a compra da matéria-prima, transformação e comercialização do produto final, cabendo a este artesão com a divisão do trabalho somente a execução parcial de uma etapa do processo. E a

⁴ Segundo Marx a manufatura se origina e se forma a partir do artesanato (Marx, 1998:393)

liberdade do trabalhador é somente para vender a sua força de trabalho, sendo que o capital só a compra de forma cindida, parcializada, garantindo assim sua hegemonia e eterna submissão a um processo perverso de extração de mais valia.

“A manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade. Por outro lado, sua ação de transformar o trabalho parcial em profissão eterna de um ser humano corresponde à tendência de sociedades antigas de tornar hereditários os ofícios, petrificá-los em castas ou, então, ossificá-los em corporações, quando determinadas condições históricas produziam no indivíduo uma tendência a variar, incompatível com o sistema de castas.” (Marx,1988:394)

A perversidade deste processo se apresenta sob duas formas:

Primeiro a de intensificar a extração de mais valia, já que ao decompor as diversas atividades o capitalista ganha uma economia de tempo, ou seja, com o aumento da produtividade se consegue alavancar o período de tempo que o trabalhador dá de graça ao capitalista, sem aumentar a jornada de trabalho e sem pagar mais por este acréscimo produtivo, decorrente da repetição contínua da tarefa parcializada.

A segunda perversidade é justamente o efeito esperado pelo capital com relação à divisão do trabalho, que é a aculturação do fator trabalho como elemento de formação de uma classe, imobilizando aquele que não tem capital a sua condição eterna de mercenciar sua força nas condições impostas pelo capital.

A emancipação do trabalho em Marx reside justamente neste processo que é denunciado em sua obra, enfim, não se encontra na divisão do trabalho e no entendimento da mais valia uma atitude de emancipação do trabalhador frente ao capital, pelo contrário se estabelece uma inteligência do capital no aprisionamento do trabalhador aos seus interesses. Em Marx a emancipação se encontra fundamentalmente na superação

destas condições denunciadas, porque o trabalhador imerso neste caldeirão cultural em que fervilham sua exploração e alienação, detém, principalmente, de forma coletiva, as condições de revolucionar a estrutura social vigente.

A revolução pelo trabalho, melhor dito, pela conscientização que o trabalho como princípio educativo opera na coletividade enfrenta uma série de resistências, sendo a introdução da maquinaria e o avanço tecnológico servil ao capital elementos importantes, que merecem uma análise apurada⁵, a fim de compreendermos a caminhada histórica da classe trabalhadora em constante luta emancipatória do capital.

Voltar a Durkheim, agora, torna-se vital, pois ao analisar criticamente sua visão a respeito do caráter social da educação e da constituição de um ser social, reforça a denúncia marxiana, já estabelecida no mundo do trabalho.

3. Trabalho e conhecimento: uma educação emancipatória

Neste tópico serão tratados os efeitos esperados pela educação em relação ao meio social, e não propriamente de uma definição de educação em Durkheim, que se referiria mais a uma especial ação de uma geração de adultos sobre uma geração de jovens.

É, porém, nos efeitos esperados ou no caráter social da educação nos moldes durkheimianos que se encontram elementos mais propícios para uma análise crítica, a partir de Marx, do papel da educação.

Os efeitos esperados por Durkheim em relação à educação em nada se assemelham aos efeitos esperados por Marx.. À emancipação, que é possível através da consciência da situação de expropriação denunciada na concepção marxiana do processo educativo no mundo do trabalho, se contrapõe a estrutura de subordinação do pensamento durkheimiano.

⁵ O tema é muito bem exposto por Marx em sua obra, O Capital, cap. XIII – A Maquinaria e a Indústria Moderna.

Durkheim vê na educação um poderoso instrumento de conservação dos padrões sociais já estabelecidos. *“Para que serve imaginarmos uma educação que seria fatal para a sociedade que a pusesse em prática.”* (Durkheim, 1984:10)

O que o sociólogo citado não torna claro são os interesses que esta sociedade quer conservar. Ao tratar da sociedade trata como se fosse um espaço de consenso e integração social, não havendo cisões profundas em seu interior, cisões estas denunciadas em Marx e que demonstram a superficialidade da teoria durkheimiana da coesão social. A coesão, integração e consenso são palavras vazias, potencializadas por uma construção educativa capaz de conciliar interesses inconciliáveis.

Impossível uma compreensão do caráter social da educação sem considerar o capital como um importante fator dentro deste processo. Pensar a educação em Durkheim é pensar na alienação, pois desconecta o homem da realidade, apresentando um projeto de ser humano idealizado e despersonalizado. A formação da consciência não é um espaço de liberdade, é sim um espaço limitado por interesses obscuros e não revelados em Durkheim.

“Qualquer educação tanto a do rico como a do pobre, a que dá acesso às carreiras liberais como a que prepara para as funções industriais tem por objetivo fixá-las nas consciências.” (Durkheim, 1984:16)

A conformação das consciências, na verdade, é o objetivo maior e está expresso na construção teórica do caráter social da educação, ou na construção de um ser social, como um homem desprovido de personalidade e abstraído de sua própria conflitualidade, consigo mesmo e com a sociedade.

Na verdade, assim como Adam Smith não nega a acumulação primitiva, pelo contrário, a salienta e apresenta como um fator natural do desenvolvimento da humanidade que foi acumulando o que sobrava Durkheim, também, não nega uma espécie de conflito original, que representaria uma dualidade dentro do próprio ser humano.

“Poder-se-á dizer que em cada um de nós, existem dois seres que, para serem inseparáveis que não por abstração, não deixam de ser distintos. Um é constituído por todos os estados mentais que apenas se referem a nós próprios e aos acontecimentos relacionados com a nossa vida pessoal: é aquilo a que poderíamos chamar o ser individual. O outro é um sistema de idéias, de sentimentos e de hábitos que expressam em nós, não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou diferentes grupos de que fazemos parte; é o caso das crenças religiosas, credos e práticas morais, tradições nacionais ou profissionais, opiniões coletivas de qualquer espécie. O seu conjunto constitui o ser social. A constituição desse ser em cada um de nós, eis a finalidade da educação.” (Durkheim, 1984:17)

Adam Smith naturalizou a acumulação primitiva,⁶ desconsiderando os efeitos nocivos desta concentração, principalmente, em sua origem violenta e exacerbada intensificação de forma concentrada, fatos estes denunciados de forma contundente por Marx.⁷ Ora o que Durkheim procura demonstrar é que o conflito pode ser admitido e que inclusive é um processo natural da constituição do ser humano enquanto indivíduo e ser social. O que não pode ocorrer é a exteriorização deste conflito, visto a importância da subordinação dos indivíduos a um interesse superior a esta própria conflitualidade natural.

O interesse superior não aparece na teoria, porém, o método de conformação está, como de costume em Durkheim, visceralmente exposto: É a educação!

A educação é solução para um conflito original insuperável, pois presente nas entranhas de nossa própria constituição, dificilmente qualquer método que não contasse com a total adesão social obteria êxito. A educação é a solução que conforma o indivíduo ao grupo do qual faz parte, grupo este, também, condicionado por esta própria educação. Eis

⁶ Cf. Smith, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Cap. VI

⁷ Marx, Karl. *O Capital*. livro 1, vol 2, caps. 24 e 25

um belo círculo nada virtuoso para quem é partidário da liberdade e da transformação social a partir da exteriorização das contradições presentes na vida real.

Em Marx educação é a consciência de um processo que explora o trabalhador, pela extração de mais valia, como visto anteriormente. Esta cultura é adquirida pela vivência do real e representa-se absorvida de forma coletiva a possibilidade concreta de emancipação a uma classe oprimida sobre outra opressora. Esta cultura se obtém na conflitualidade cotidiana e no aprendizado que a exteriorização do conflito traz em seu bojo.

A concepção marxiana, portanto, vai de encontro à construção de um ser social amorfo e despersonalizado. Em Marx o ser humano é vivo e sujeito de sua própria história, já em Durkheim o indivíduo, pela educação, é morto de sua própria originalidade.

A possibilidade do conflito original se exteriorizar e espalhar-se pela sociedade é a grande preocupação de Durkheim ao tratar do caráter social da educação. Ou seja, Durkheim elimina teoricamente a possibilidade do conflito pela construção do ser social, criando uma armadilha de infelicidade, apesar das afirmativas de James Mill de que “*a educação teria por objectivo transformar o indivíduo num instrumento de felicidade...*” (apud Durkheim, 1984:09).

Ao educar o homem descolado de sua originalidade Durkheim, cria um processo artificial de convencimento de que o ser humano é o oposto daquilo que realmente constitui a sua personalidade, fazendo assim que cada indivíduo busque a solução ou explicação para seus conflitos pessoais ou coletivos na sua incapacidade pessoal de conformação a padrões universalmente aceitos. O que ocorre, porém, é que estes padrões são falsos, sendo constituídos e legitimados por um processo educacional que visa a manutenção dos interesses superiores ao próprio grupo. Interesses estes não revelados em Durkheim e denunciados em Marx como os interesses do capital.

4. Conclusão

O princípio educativo no mundo do trabalho fica evidenciado a partir de duas visões opostas sobre a função da educação como de subordinação ou emancipação do ser humano em relação a si próprio e à sociedade em que está inserido. Os efeitos, conforme aceitarmos uma ou outra teoria, poderão ser de manutenção do “status quo” vigente ou da sua profunda alteração.

Na verdade, a emancipação é auto-emancipação, pois o trabalhador ao tomar consciência de um processo de divisão do trabalho, se apropria das condições básicas para ele próprio ser sujeito de sua história.

O trabalhador, portanto, está a mercê de duas teorias que, conforme seu grau de conscientização em relação aos efeitos reais destas concepções, poderá trilhar os caminhos da emancipação ou da subordinação.

Estas constatações serão de extrema valia para podermos defender a idéia de uma construção coletiva de geração de renda que realmente represente uma emancipação do trabalhador sobre o capital, emancipação esta que só será possível através de um processo que desconsidere a “*socialização metódica da nova geração*” (Durkheim, 1984:17) e apresente as bases de um novo método educacional a partir desta nova forma de geração de renda, reintegrando o ser humano trabalhador em sua originalidade conflituada.

A emancipação está colocada como uma realidade que pode ser levada a efeito pelos trabalhadores. Ademais a possibilidade concreta de articular a auto emancipação só é possível de ser pensada dentro de uma organização coletiva dos trabalhadores que vá além da tradicional organização sindical e que se articule na autogestão de empreendimentos produtivos e de serviços, representando, assim, a concretização de um princípio educativo do trabalho, libertador e emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros

DURKHEIM, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés,1984

_____. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1999

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo : Martins Fontes,1995

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação – Na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

FERNANDES, Florestan (Org.). *K. Marx e F. Engels – História*. 3 ed. São Paulo: Ática,1989

GHIGGI, Gomercindo. *Trabalho, conhecimento e formação do trabalhador!* Gomercindo ghiggi, Elomar Tambara e Alvaro Moreira Hipólito. Pelotas: Ed. Universitária.UFPel,1993

IANNI, Octávio (Org.). *Marx – Sociologia*. 8ª ed. São Paulo: Ática,1996.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec,1984.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo : Boitempo Editorial, 1998.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro1, vol. I e II. 16ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira,1998.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 2, 8ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

Reinaldo Tillmann

_____. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

SINGER, P. e SOUZA, A.R. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000

2. Boletins, jornais, revistas, cadernos, textos e documentos.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo, 2000.

UNITRABALHO. *Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate*. São Paulo. s/d

_____. *Universidade, Trabalho e Trabalhadores*. São Paulo: Unitrabalho, 1998.